

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 076

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 22 DE JUNHO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUÍZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 06: Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 07: Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 057ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
22 DE JUNHO DE 1999**

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Algaci Tulio.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1391

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação Projeto de Lei nº 346/99, referente à Mensagem Governamental nº 012/99 que visa acrescentar parágrafos ao artigo 2º e dar nova redação ao artigo 5º da Lei 11.931/97, que foi alterada pela Lei 12.201/98.

Sala das Sessões, em 22.06.99.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1393

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a anexação do Projeto de Lei nº 236/98 ao Projeto de Lei nº 297/99 que objetiva autorizar o Poder Executivo a implantar o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Trabalhadores em Educação da Rede Estadual de Ensino Público do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.06.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1388

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desentranhamento da documentação apensa ao Projeto de Lei nº 13/95, de sua autoria, visando a reconstituição da referida proposição.

Sala das Sessões, em 22.06.99.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 1394

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o desarquivamento do Projeto de Lei nº 614/97 de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró, que objetiva conceder o título de cidadão honorário do Estado do Paraná ao Senhor Reinhold Stephanes, tendo em vista que o presente Projeto já ter recebido parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 22.06.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1396

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário seja destinado o tempo do Grande Expediente da Sessão de amanhã, dia 23 de junho, para que representantes dos Agricultores Familiares, possam fazer uso da Tribuna desta Casa

de Leis para agradecer o apoio de vinte e nove parlamentares que subscreveram o Manifesto de apoio à agricultura familiar no Estado do Paraná e expor os encaminhamentos que estão sendo dado às suas reivindicações.

O presente requerimento justifica-se tendo em vista que no dia de amanhã haverá um Evento no Plenarinho desta Casa, a partir das 09:00 horas, reunindo centenas de agricultores familiares e suas lideranças que juntamente com os Parlamentares estarão lançando o Manifesto e ao mesmo tempo criando a Frente de Defesa da Agricultura Familiar em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 22.06.99.

(aa) HERMES FONSECA e
NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 1382

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de voto de pesar à família do Sr. José Loureiro, falecido no último dia 17.06.99, no município de Cianorte.

Favor enviar cópia à Senhora Iraníu Soares Loureiro, na Rua Tiradentes, 281 - CEP 87200-000, Cianorte-PR.

Sala das Sessões, em 22.06.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1383

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de voto de pesar à família do Sr. José Ramiro Hernandez, falecido no último dia 15.06.99, no município de Cianorte.

Favor enviar cópia à Senhora Alzira Pires Ramiro, na Rua Juruá, 428 - CEP 87200-000, Cianorte-PR.

Sala das Sessões, em 22.06.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1389

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de voto de pesar à família do Vereador Jairo Marcelino, pelo falecimento do Senhor José Marcelino da Silva, ocorrido na Cidade de Curitiba.

Nestes termos pede deferimento conforme dispõe os Artigos 132 e 133 do Regimento interno desta Casa de Leis, solicitando o envio do presente a família enlutada, na Rua Barão do Rio Branco, s/nº, Câmara Municipal de Curitiba, Gabinete do Vereador Jairo Marcelino, CEP. 80010-902.

Sala das Sessões, em 22.06.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1375

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário um voto de louvor ao Dr. Joaquim Figueira, delegado de polícia de Medianeira, pelos serviços prestados à comunidade daquele município.

Sala das Sessões, em 22.06.99.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se devido às manifestações da comunidade organizada do município de Medianeira em favor do trabalho que vem sendo realizado pelo Dr. Joaquim Figueira frente à Polícia Civil daquele município.

De acordo com as manifestações, o trabalho realizado pelo Dr. Joaquim Figueira tem contribuído significativamente para a manutenção da paz e da ordem no Município de Medianeira.

REQUERIMENTO Nº 1379

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Sr. Luiz Fior, por ter assumido o cargo de Governador do Lions Clube Internacional do Paraná (R.XV de Novembro, 1501, cj. 556-Curitiba).

Sala das Sessões, em 22.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Lions Clube do Paraná (distrito L-6, responsável pela Região Sul do Estado) terá novo Governador a partir de 22 de junho do corrente, Luiz Fior assume o cargo, até então ocupado por Túlio Vargas, em San Diego, Flórida, em uma grande festa de posse. Nesta data, outros governadores de todo o mundo também participarão com a mesma finalidade.

Com a gestão até junho do ano 2000, Luiz Fior já traçou planos de atuação para seu mandato juntamente com o Vice-Governador Cláudio Miessa Rigo.

O Lions Internacional caracterizado por ser uma instituição assistencial está presente em mais de 186 países. No Brasil, suas ações vêm sendo realizadas há 54 anos e no Paraná, há 52 anos. Atualmente 30 Governadores atuam em distritos em todo o país e dois em todo o Estado, que conta com mais de 3.450 associados.

Ao novo governador, Luiz Fior e ao novo vice-Governador Cláudio Miessa Rigo, por assum-

irem os cargos no Lions Clube Internacional no Paraná, recebam os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1380

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de voto de congratulações ao jornalista Abdo Aref Kudri (R.Prof. I.F. Siqueira, 81 - ap.20 - CTBA), pela comemoração de seus 50 anos de jornalismo.

Sala das Sessões, em 22.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Abdo Aref Kudri, está completando 50 anos de jornalismo. Ele é presidente da Associação das Empresas Proprietárias de Jornais e de Revistas do Paraná, há 20 anos, e desde 1993 preside o sindicato representante do setor.

Iniciou sua carreira no final da década de 40 (em 1949), com aquisição de dois jornais: um em Guaratuba e outro na Lapa. Em 1951, após vender os dois jornais, foi trabalhar no Diário da Tarde, onde atuou como repórter e chefe de reportagem, até chegar à chefia da redação. Em 1957, criou o Correio do Paraná e Correio da Noite, que eram jornais de circulação diária. Nesta época foi acometido de enfermidade, que seu médico diagnosticou como "muito grave" e o aconselhou a parar de trabalhar. Foi quando Abdo Kudri vendeu os dois jornais. Felizmente para todos nós e para a sociedade paranaense, o diagnóstico estava errado, e, após esta confirmação o Jornalista Abdo Kudri voltou às suas atividades.

Seu retorno culminou com a fundação em 1963 do Diário Popular, um dos fatos mais marcantes de sua carreira e ele, na época cedia a gráfica do jornal para a impressão do Jornal "A Greve", veículo de comunicação criados por jornalistas contra a repressão e, por causa de suas posições na época enfrentou dificuldades com o Governo Militar, inclusive por defender alguns homens públicos que também estavam sendo perseguidos (como o Dep. Anibal Khury). O Diário Popular, de lá pra cá cresceu muito e tornou-se o pequeno gigante da imprensa do Paraná.

Abdo Aref Kudri, estrela de primeira grandeza do jornalismo paranaense tem muito a comemorar pois trilhou sempre um caminho de jornalista sério, honesto, imparcial. O nosso Estado tem mais ainda a comemorar por contar com este profissional que sempre nos trouxe os fatos de cara limpa e continua despontando como uma das maiores visões dos meios de comunicação.

Pela comemoração de seus 50 anos de jornalismo, receba o Jornalista Abdo Kudri, os Votos de Congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1381

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, moção de aplauso ao Prefeito Júlio Bifon, de Sarandi, pelo retorno do serviço de água e esgoto de Sarandi ao Sistema Municipal.

A Câmara Municipal tinha aprovado lei de privatização do sistema de água e esgoto do Município, a pedido do Prefeito, numa tentativa de melhoria no sistema.

A Prefeitura Municipal procurou interessados na exploração do sistema de água e esgoto, e nenhuma empresa apresentou proposta satisfatória para a privatização do sistema.

O Prefeito Júlio Bifon, num ato magnânimo de sua parte, mesmo a despeito das grandes dificuldades decorrentes do sistema, um desafio perene para o Poder Municipal de Sarandi, está revertendo o dispositivo legal dessa privatização, retornando ao Município o Sistema de Água e Esgoto.

Sala das Sessões, em 22.06.99.

(a) RICARDO MAIA

REQUERIMENTO Nº 1386

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja consignado em Ata da sessão de hoje votos de congratulações ao DD. Procurador Geral da Justiça do Estado do Paraná, Dr. Gilberto Giacóia, eleito por um ano como presidente do Conselho Nacional dos Procuradores de Justiça do Brasil, no último dia 12 de junho do corrente.

Sala das Sessões, em 22.06.99.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Doutor Gilberto Giacóia tem 42 anos, nasceu em Ribeirão Claro, no norte do Estado e entrou no Ministério Público em 1980, onde atuou como promotor e procurador. É formado pela Faculdade de Direito de Jacarezinho, tem Doutorado em Direito Penal pela USP-SP e realizou curso de especialização na UFPR.

O Conselho Nacional, para o qual o Dr. Giacóia foi eleito, é o órgão de representação nacional que congrega os 27 procuradores gerais do Brasil, cuja finalidade é buscar a uniformidade de ação do Ministério Público do País.

A eleição do Dr. Giacóia como presidente do Conselho Nacional dos Procuradores de Justiça do Brasil é um orgulho para nós paranaenses, que

demonstra a credibilidade do trabalho desenvolvido pelo Ministério Público Paranaense.

Merecedor desse cargo pelo seu trabalho excepcional junto ao Ministério Público nas questões sociais, atendendo o cidadão paranaense fora do seu horário de trabalho e incansável na luta para uma sociedade melhor e mais justa.

Contando com o apoio dos nobres Pares, requer seja expedida correspondência ao Dr. Gilberto Giacóia, DD. Procurador Geral de Justiça, Palácio da Justiça, 6º Andar, Centro Cívico, CEP: 80530-912, Curitiba-PR

REQUERIMENTO Nº 1398

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao “Jornal da Manhã” pelos 45 anos de existência.

O “Jornal da Manhã” é um dos principais meios de comunicação da Região dos Campos Gerais. Faz parte do dia-a-dia da população, trazendo informações de qualidade e confiabilidade.

Prova disso, são os 45 anos de existência, nos quais já publicou em suas páginas as grandes mudanças e transformações políticas e sociais ocorridas nos Campos Gerais, no Paraná, no Brasil e no mundo.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Diretor Presidente, Gustavo Horst, em nome dos diretores, redatores, jornalistas e demais funcionários, na Rua Santos Dumont, 1039, Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 22.06.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1385

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Ney Leprevost Neto, MD. Secretário de Estado do Esporte e Turismo, solicitando a implantação do Núcleo do Centro de Excelência do Basquetebol no Município de Umuarama.

Tal proposta pretende a criação de um núcleo esportivo em Umuarama, com equipamentos esportivos para a prática, o aperfeiçoamento e aprendizado desta modalidade olímpica. Viabilizando desta forma, o desenvolvimento de infraestrutura de excelência para a realização de eventos esportivos de grande porte na região.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Fernando Scanavaca, Prefeito Municipal (Av. Rio Branco, 3717, CEP: 87501-130); ao Vereador

Arnaldo Rodrigues da Silva, Presidente da Câmara Municipal (Av. Maringá, 4.863, CEP: 87502-080).

Sala das Sessões, em 22.06.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1390

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Senhor Anibal Khury, Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, solicitando intervenção junto à COPEL e SANEPAR para que seja melhorada a remuneração pela autenticação de contas, realizada pela rede de lotéricas do Paraná, visto que os valores repassados pela Caixa Econômica Federal, para cobertura destes serviços, não estão sendo suficientes para cobrir despesas das lotéricas.

A atividade da rede de lotéricas emprega cerca de 3 mil pessoas sendo que 1/3 deste número está empenhado na autenticação do pagamento destas contas.

Face ao exposto, segue a demonstração de preços praticados pelos Estados da Paraíba, do Rio de Janeiro, de Santa Catarina, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, da Bahia, de São Paulo, de Goiás e de Pernambuco que têm valores, no mínimo, de 40% (quarenta por cento) maior que o valor pago em nosso Estado.

Desta forma, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para ver esta questão resolvida, peço aprovação ao presente requerimento.

Sala das Sessões, em 22.06.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1376

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Rafael Bernardino Dely, Secretário Especial da Política Habitacional, solicitando o envio da relação de mutuários e atual posição das dívidas assumidas, pelos moradores do Jardim Irene II, com 244 casas e 18 anos de existência, na Cidade de Medianeira.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa.

Sala das Sessões, em 22.06.99.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento, tem como objetivo principal, atender várias reivindicações da população, que reside no Jardim Irene II, situado em Medianeira, que está desesperada, com as dificul-

dades que estão encontrando, para quitar as prestações ainda pendentes de seus imóveis, que em muitos casos estão atrasadas, e em outros em processo de despejo.

Sendo assim gostaríamos de que V. Exa., nos enviasse a relação solicitada, para que possamos, discutir, e acharmos juntos, uma solução para o problema dos moradores do Irene II.

REQUERIMENTO Nº 1392

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, envio de pedido de informações ao Secretário de Estado da Fazenda, Exmo. Sr. Giovanni Gionédis, solicitando a relação de empresas públicas e privadas com as quais o Estado do Paraná efetuou operações de antecipação do ICMS no ano próximo passado, bem como os valores destas operações e a data, créditos das parcelas e seus respectivos montantes, pertencentes aos municípios.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.06.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoioamento:

Ademir Bier e Waldyr Pugliesi.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 347/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a criar, no Município de Colombo, uma CIRETRAN, Circunscrição Regional de Serviços, do Departamento de Trânsito - DETRAN.

Parágrafo Único - O órgão, de que trata o *caput* deste artigo, substituirá o atual posto de serviços do DETRAN, instalado no citado município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.06.99.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da apresentação do Projeto de Lei, é de proporcionar a Comunidade de Colombo um melhor serviço, com a criação de uma Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, tendo em vista o crescimento do Município de Colombo, que possui aproximadamente 180.000 habitantes, sendo o 8º

Município do Paraná e com uma frota de expressiva superior a 20.000 veículos.

A exigência com maior autonomia a nível de CIRETRAN, trará melhoria dos serviços prestados a população bem como a agilização dos processos.

Entretanto, o DETRAN local, pelo volume diário de licenciamento e de trabalhos complementares, tem suas atividades dependentes de um órgão superior para agilização de seus procedimentos.

Diante dessa situação, é que se faz necessário a criação de uma CIRETRAN no Município de Colombo.

Face ao exposto, e contando com o apoio e compreensão dos nobres Pares, reitero a V. Exa., votos de admiração e apreço.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 348/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam alteradas as redações do Art. 2º, incisos I e III e Art. 3º da Lei Complementar nº 56, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - ...

I - População estimada superior a 10.000 (dez mil) habitantes;

II - Centro urbano já constituído com número de casas superior a 1.000 (hum mil).

Art. 3º - O procedimento para criação, incorporação, fusão e desmembramento de município terá início mediante representação dirigida à Assembléia Legislativa, subscrita por, no mínimo, 500 (quinhentos) eleitores com firma reconhecida”.

Esta Lei Complementar entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 22.06.99.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

PROJETO DE LEI Nº 349/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública, o “Centro de Atendimento Familiar Santa Rita”, com sede e foro nesta Capital, localizado à Rua B, Quadra 98, Lote 9, Moradias Santa Rita, Tatuquara, Curitiba-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Atendimento Familiar Santa Rita, localizado nesta Capital, vem prestando importante atendimento às crianças carentes de 03 meses a 07 anos. Desenvolvendo atividades como brincadeiras educativas e didáticas o Centro de Atendimento Familiar Santa Rita busca desenvolver em todos os sentidos (motor, físico, psicológico, emocional, etc.) as crianças atendidas.

Com uma equipe de profissionais capacitados, o Centro está atualmente sob a presidência da Sra. Roseli Bombílio e é instituição sem fins lucrativos, procurando tão somente prestar atendimento às crianças necessitadas.

Pelo exposto e pela documentação acostada ao presente, solicitamos a aprovação dos nobres Pares ao nosso projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 350/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Profissionais, Pais e Amigos da Criança Especial, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.06.99.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Profissionais, Pais e Amigos da Criança Especial, fundada em 31 de janeiro de 1997, com o objetivo de atender clínica e/ou pedagogicamente ao portador de deficiência, promovendo seu bem estar bio-psico-social e de sua família.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 351/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente Estrela Máxima, "Creche Tia Nelma", com sede e foro no Município de Londrina-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.06.99.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

Ao propormos que seja declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente Estrela Máxima "Creche Tia Nelma", com sede e foro no Município de Londrina-PR, o fazemos consciente da necessidade pois esta entidade tem como finalidade oferecer amplo atendimento a mais de 160 crianças e adolescentes na faixa etária 00 a 14 anos e atende em regime de apoio sócio educativo em meio aberto.

A entidade procura desenvolver um atendimento que propicie às crianças e adolescentes o seu desenvolvimento físico e psíquico tais como: alimentação, cuidados maternos, higiene, assistência social, médica, odontológico, recreação e orientação pedagógica.

PROJETO DE LEI Nº 352/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder executivo autorizado a criar o Programa Estadual de Proteção às Vítimas e Testemunhas de Infrações Penais e seus respectivos familiares.

Art. 2º - Terão direito à proteção do Estado todas as pessoas que tenham conhecimento de fatos relacionados com a prática de ilegalidades e que, em razão da revelação desses fatos, em procedimento investigatório administrativo ou policial, ou ainda em processo judicial, possa vir a sofrer, sofreram, ou estejam sofrendo violência ou ameaça de mal grave e injusto à sua integridade física ou moral, ou à integridade de seus familiares.

§ 1º - O programa é extensivo, no que couber, e quando a realidade o exigir, independentemente do grau de parentesco, aos familiares das pessoas referidas neste artigo.

§ 2º - O período de proteção às vítimas, testemunhas e seus parentes não terá prazo de vigência.

Art. 3º - O apoio e proteção às vítimas, testemunhas e familiares serão proporcionados pelo estado através de seus órgãos e instituições que, em razão de suas funções, devam prestar atendimento a essas pessoas.

Art. 4º - O Poder Executivo fica autorizado a celebrar, diretamente ou por delegação, com a União, Estados Membros, Distrito Federal, Municípios, Ministério Público, Organizações Não Governamentais e Entidades Filantrópicas, acordos, convênios, parcerias ou outros instrumentos jurídicos que viabilizem e desenvolvam a plena execução do programa.

Parágrafo Único - O Programa poderá abrigar vítimas e testemunhas de infrações penais cometidas fora do Território do Estado do Paraná.

Art. 5º - A proteção, o auxílio e a assistência às vítimas consiste em:

I - Estabelecer esquema de segurança permanente das pessoas protegidas;

II - Informar, orientar e assessorar juridicamente as vítimas e/ou testemunhas no envolvimento com questões de natureza criminal, familiar ou constitucional;

III - Assegurar atendimento médico hospitalar, além de assistência social e psicológica, quando necessárias, à pessoas protegidas;

IV - Manter abrigos emergenciais, tipo residências, dotados de infra-estrutura básica, para servir de moradia preservando-se o sigilo de sua localização;

V - Manter o mais completo sigilo acerca de identidade pessoal daqueles incluídos no programa, bem como do local do abrigo;

VI - Dar assistência econômica visando o custeio das despesas de subsistência, quando o protegido ficar impossibilitado, por motivo de segurança, de desenvolver o seu trabalho, e não esteja amparado por nenhum tipo de seguro que cubra o benefício que solicita, podendo o Estado complementá-lo;

VII - Garantir o acesso à educação para os filhos que perderam o sustento familiar;

VIII - Criar ou apoiar programas pedagógicos relacionados ao trabalho de readaptação social ou profissional do protegido.

Art. 6º - Fica o Poder executivo autorizado a fornecer documentação especial e alternativa às pessoas vinculadas e atendidas pelo programa dentro dos limites da Lei.

Art. 7º - O Presidente do inquérito administrativo, a autoridade policial, o representante do Ministério Público, poderão requerer a autoridade judicial competente, e esta, requisitará ao Programa Estadual de Proteção às Vítimas e Testemunhas, as medidas de proteção à pessoa que, por sua condição de vítima ou testemunha, tenha sua integridade física ou mental ameaçada.

§ 1º - O pedido de proteção deve conter os elementos indicadores da gravidade do risco à vida, integridade corporal ou mental, ou patrimônio das pessoas interessadas.

§ 2º - O programa somente atenderá às vítimas e às testemunhas quando as estas manifestarem sua necessidade.

Art. 8º - Os interessados no ingresso ao programa serão responsáveis civil e criminalmente por suas declarações, e deverão expressamente concordar em seguir todas as instruções, recomendações e determinações emanadas das autoridades competentes, sob pena de exclusão do programa.

Art 9º - As medidas de proteção só poderão ser encerradas por decisão judicial, a pedido do Ministério Público ou solicitação do beneficiado.

Art. 10 - O programa terá dotação orçamentária própria, a ser definida na Lei Orçamentária Anual.

Art. 11 - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar de sua publicação.

Art. 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.06.99.

(a) HERMES FONSECA

Apoiamento:

Péricles Mello, Waldyr Pugliesi e Luiz Carlos Alborghetti.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de projeto de lei que visa minimizar a impunidade, fruto da violência desenfreada que infelizmente faz-se notar em todos os quadrantes da Pátria.

É dever do Legislativo e um compromisso do Executivo com o cidadão a criação e reformulação dos instrumentos utilizados pelo poder Judiciário, para que este preste tutela jurisdicional de modo satisfatório, fazendo a tão almejada justiça.

Podemos citar como exemplo um dos sobreviventes da Chacina dos Meninos da Candelária, que para sobreviver e testemunhar em processo criminal em trâmite na justiça carioca, vive na Suíça, mantido por uma ONG, e que recentemente esteve em um dos tribunais do júri, frente e frente a seus algozes inclusive reconhecendo-os.

O instituto proposto tem ainda da finalidade de estimular as pessoas que tenham conhecimento de fatos relacionados com a prática de ilegalidade a revelá-los, em procedimento investigatório administrativo ou policial, ou ainda em processo judicial.

Note-se, que o projeto visa não somente a proteção, mas sim um incentivo a revelação de fatos ilegais até então não sabidos, para aí sim, diante da violência, ameaça de mal grave injusto à integridade física ou moral, ou à integridade dos familiares de quem os revelou, dar-lhes a necessária garantia, mantendo-os sob o manto da proteção estatal.

Baseado nestas ponderações, solicitamos a especial atenção dos nobres Pares desta Casa de Leis para a viabilização da aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 353/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Centro de Recuperação Aldeia do Samaritano - CREAS, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Recuperação Aldeia do Samaritano - CREAS, é uma entidade de caráter assistencial, sem fins lucrativos, tendo seu estatuto devidamente registrado conforme documentação que acompanha esta proposição. Fundada em 10 de maio de 1998, a referida entidade tem efetuado um trabalho de alto valor social auxiliando na recuperação de dependentes de drogas e álcool, acolhendo e abrigando-os, orientando-os, para que os mesmo possam recuperar o sentido da vida, dando-lhes condições de reintegração à sociedade. A entidade também desenvolve nos internos a prática espiritual baseado nos princípios cristãos.

A documentação que instrui este Projeto encontra-se dentro dos ditames da lei nº 6994/78 que dispõe a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e excelente trabalho dessa entidade em favor da comunidade do município de Curitiba, Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Subimos à tribuna na tarde de hoje, para dizer aos Senhores Deputados de um requerimento que estamos apresentando, que esperamos a aprovação desse Plenário, onde estaremos requerendo ao Secretário de Estado da Fazenda, o Senhor Giovani Gionédís, a relação de empresas públicas e privadas, com as quais o Estado do Paraná efetuou operações de antecipação do ICMS, no ano de 1998, bem

como o valor dessas operações e a data de crédito das parcelas dos respectivos montantes, pertencentes aos municípios do Paraná.

Esse requerimento, entendemos que é da maior importância, porque temos seguidamente lido nos jornais, ouvido nas rádios, também assisti na televisão, de que o governo do Estado tem se utilizado desse mecanismo de antecipação de ICMS, junto a COPEL, como foi o caso de dezembro de 97, quando o governo antecipou um montante de 155 milhões de reais, que foi amortizado ao longo do ano de 1998, pagando à COPEL os acréscimos estabelecidos no termo de acordo que fez entre a COPEL e o governo do Paraná.

Na última sexta-feira, quando líamos o Jornal O Estado do Paraná, víamos lá a manifestação do conselheiro João Feder e de outros conselheiros, sobre as contas de 1997, que tinham sido aprovadas, que tinham recebido parecer prévio, recomendando a aprovação às contas do Governo do Estado relativas a 97, mas com diversas ressalvas.

E uma das ressalvas que mais chamava a atenção dos conselheiros e por conseguinte de todos nós a esse mecanismo que vem sistematicamente utilizando o governo, de promover junto a empresas públicas e agora também junto a empresas privadas a antecipação de ICMS, para tentar com isso equilibrar o seu caixa.

Como naquela reportagem, o nobre conselheiro João Feder e parece-me também o nobre conselheiro João Batista anunciam que o governo estaria se utilizando desse mecanismo, junto a empresas privadas, como é o caso da Coca-Cola e da Cimento Portland (sic) - entendemos que essa Casa tome conhecimento e que possamos saber se há um momento em que se procede a antecipação desse ICMS. Se naquele mesmo instante é destinado os 25%, que pertencem aos municípios, por força da lei do ICMS, votada por essa Casa.

Faço um apelo aos Senhores Deputados, no sentido de que aprovemos esse requerimento, que não é só nosso, mas da Bancada do PMDB, para que possamos ter conhecimento desse mecanismo, que vem sendo utilizado pelo governo e que, agora, procura o governo ampliar esse mecanismo, não só em cima do ICMS, mas também está desenvolvendo ações no sentido de antecipar aquilo que tem direito como crédito a receber 2.022 a título de royalties de Itaipu. Faço um apelo aos Senhores Deputados, para que na plenitude dos nossos direitos exercer o papel de fiscalização dos atos do Poder Executivo.

Era isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Não há mais oradores inscritos no Pequeno, nem no Grande Expedientes.

Passamos ao Horário das Lideranças.

(Declinam)

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei complementar, de autoria do Sr. Deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoioamento.

Apoiamento. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Moysés Leônidas, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hermes Fonseca, com apoioamento dos Srs. Deputados Péricles Mello, Waldyr Pugliesi e Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 250/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, APAE, com sede e foro no Município de Capitão Leônidas Marques. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 250/99

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais -

APAE, com sede e foro no Município de Capitão Leônidas Marques.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.06.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

ANTONIO CARLOS BARATTER - Relator

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 019/99, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo, que declara de Utilidade Pública a Fundação "Nosso Lar", com sede e foro na Cidade de Foz do Iguaçu. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

O projeto irá à Redação Final.

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 261/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Igreja Obra Missionária - "Os Atalaías Missionários da Última Hora", com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 276/99, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública o Centro Educacional "João Paulo II", no Município de Guarapuava. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 284/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pescadores Conscientes de Santo Antonio da Platina. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 285/99, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que altera o Art. 1º, da Lei nº 8.267, de 13 de janeiro de 1986, que declarou de Utilidade Pública a Associação Sancarlene de Proteção ao Excepcional - ASPE, com sede e foro no Município de São Carlos de Ivaí. PARE-

CER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J..

Em votação a Emenda. **Aprovada.**

O projeto irá para 3ª Discussão.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 224/99, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a criar no Município de Engenheiro Beltrão, a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 38, de 05.05.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 224/99

P A R E C E R :

Relatório

O plano de lei em análise, de autoria do Deputado Edno Guimarães, visa autorizar o Poder Executivo a criar no Município de Engenheiro Beltrão, a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN.

Fundamentação

A medida tem por finalidade substituir o atual Posto de Serviços do DETRAN, instalado no Município, com a criação de uma Circunscrição Regional de Trânsito, que irá trazer benefícios ao município e região.

Conclusão

Assim pelos motivos acima expostos, opinamos favoravelmente a aprovação do projeto de lei em epígrafe.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 01.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 224/99

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, o presente projeto de lei tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a criar no Município de Engenheiro Beltrão, a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN.

Fundamentação

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douda Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Segurança Pública, entende que a presente proposição trará benefícios não só a este município como aos seus vizinhos, desafiando os inúmeros processos

das demais CIRETRANS, que ficam distantes de tal município.

Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.06.99.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

EDSON STRAPASSON - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 234/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a Lei nº 11.498, de 30 de julho de 1996, que criou o Serviço Social Autônomo - PARANACIDADE e adota outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **(Publ. no D.A. nº 41, de 11.05.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 234/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo alterar a Lei nº 11.498/96, que criou o Serviço Social Autônomo - PARANACIDADE e adota outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar e após análise legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 25.05.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

BETO RICHIA - Relator

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, o item nº 08, Projeto 234/99. Visa alterar Artigos e Incisos da Lei 11.498 de 03.06.96, que criou o serviço social autônomo PARANACIDADE. E no que competiu e possibilitou a nós analisarmos rapidamente, na manhã de hoje, esse Projeto. Nos causou de certa forma um pouco de preocupação, o fato de que a PARANACIDADE, pretende daqui para a frente também desenvolver atividades dirigidas a pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico e social. Isso vem da mudança que se insere no Artigo 1º. No Artigo 9º acrescentou-se o Inciso 7º, 8º e 9º, onde também permite a PARANACIDADE desenvolver pesquisa científica voltada à preservação do Meio Ambiente e ao desenvolvimento urbano, priorizando as ações sociais que contempla melhora na qualidade de vida das populações. No item 8º promover o desenvolvimento tecnológico direcionado a melhoria dos aspectos institucionais das municipalidades, publicar e divulgar trabalhos técnicos e científicos com vistas ao aprimoramento da gestão municipal."

Numa análise rápida do teor dessa proposta de alteração da lei, pode-se até compreender que seria salutar que isso acontecesse. Mas nos causa estranheza, Sr. Presidente, porque nesta Casa de Leis depois de quase oito anos de luta, tendo em muitos momentos na figura da vice-Governadora Emilia Belinati e na figura do Deputado Algaci Tulio. Essa Casa lutou para que se regulamentasse o Artigo 295 da Constituição Federal que prevê a destinação de 2% da receita tributária do Estado para a ciência e tecnologia. Na discussão ampla desse assunto criou-se no Paraná a PARANATECNOLOGIA, a Fundação Araucária, o Conselho de Ciência e Tecnologia.

Isso me causa estranheza, porque a PARANACIDADE, de repente, agora pretende se colocar nesse trabalho de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico. E o nosso medo é que ela vá atrás desse dinheiro que é destinado à ciência e tecnologia. E deveria estar todo esse dinheiro, através da Fundação Araucária, da PARANATECNOLOGIA, deveria estar destinado às Universidades Estaduais do Paraná e ao Instituto Tecnológico do nosso Estado.

Por essa razão, nós que já votamos contrário a instituição da PARANACIDADE, vamos votar nesse momento também contrário a liberação da lei. Primeiro porque entendemos que a PARANACIDADE foi instituída para os assuntos atinentes ao desenvolvimento urbano, ao problema da cidade em si. Quando se regulamentou o Artigo 205 se deu à PARANATECNOLOGIA, Fundação Araucária essa competência de cuidar das questões tecnológicas, científicas, como também as questões ligadas ao meio ambiente que são muito bem conduzidas pelo Instituto Ambiental do Paraná, pela Secretaria de Meio Ambiente.

Entende que a PARANACIDADE está, de certa forma, tentando usurpar atribuições de outro segmento do Estado do Paraná.

Por essa razão votarei contrário e quem da mesma forma entender, que também vote contrário a esse projeto.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos a fazer no Paraná e no Brasil a reformulação do Estado. Dizendo, buscando e trazendo o Estado para os limites do estritamente necessário saúde, educação e segurança. E dentro dessa filosofia de novo desenho do estado brasileiro passou-se, o estado, a criar novas figuras que tomaram nome aqui no Paraná. PARANAEDUCAÇÃO, PARANACIDADE e PARANAPREVIDÊNCIA etc. temos que cuidar ao ficar atribuindo a outros organismos atribuições já existentes. Nós apenas vamos

espalhar para as demais instituições, demais secretarias de governo atribuições que já são específicas.

Por essa razão que merece desta casa toda a atenção na votação desse projeto. Especialmente do Artigo 1º que trata da ampliação dos poderes da PARANACIDADE, especialmente na questão das Pesquisa Científica. Ora se a PARANACIDADE tem necessidade dessas informações desse banco de dados, e só fazer o convênio com a Secretaria afim, que já existe no Estado. E nós não estaríamos dessa forma aqui, através da lei, e com a responsabilidade dessa Casa atribuindo mais uma competência à PARANACIDADE, que nesse momento não lhe é causa. Portanto, entendo que esta Casa deve ter muito cuidado, pessoalmente não votei favorável, por essa razão. Porque é só a PARANACIDADE efetuar um convênio com algum órgão do Governo que já faz a Pesquisa Científica, o IPARDES que já tem um banco de dados, a Ciência e Tecnologia, a Secretaria Estratégica de Governo e nada mais precisaríamos de atribuir mais uma condição à PARANACIDADE, que já, inclusive nas suas próprias execuções possam ser discutidas, hoje, e ampliando a sua atuação o seu campo de responsabilidade. E com certeza nós teremos mais dificuldade ainda de fazer um Estado enxuto, um Estado econômico, um Estado que faça com que os tributos arrecadados do cidadão sirva aos interesses da nossa comunidade.

Portanto, é dessa forma que meu voto é contrário e peço, independente de posição do Governo, independente da questão de cada um, mas que olhe o Estado do Paraná nessa reestruturação na votação do artigo primeiro desse projeto.

Muito obrigado.

O SR. PÉRICLES MELLO (Para Encaminhar)

Sr. Presidente e Srs. Deputados, acho que o Deputado Pessuti e o Deputado José Maria demonstraram bem os motivos pelos quais nós entendemos que esse projeto deve ser aprovado. Inclusive, Sr. Presidente com todo o respeito, vou fazer um requerimento pedindo o adiamento da votação por algumas sessões, para poder refletir com mais profundidade junto com as pessoas e setores interessados na Ciência e Tecnologia do Paraná.

Trabalhamos muito tempo quando eu era Presidente da Comissão de Educação e criamos o fórum da Ciência e Tecnologia, para conseguir regulamentar o artigo 205. Infelizmente até hoje, os recursos não vieram para a Ciência e Tecnologia e Apoio a Pesquisa Básica, e nós entendemos que não podemos dividir dessa forma os recursos. Isso vai entrar em conflito com os interesses maiores, com a Ciência Autônoma, independente, da questão do Paraná.

Por esse motivo nos concordamos plenamente com as palavras do Deputado José Maria e o Deputado Pessuti, e vamos votar contrário ao projeto Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Votação ao Projeto nº 234/99.

Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação. Srs. Deputados que aprovam o Projeto queiram levantar-se. Vinte e quatro Srs. Deputado aprovam. Dez rejeitam.

Aprovado o projeto.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 280/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade de Pública a Associação Atlética dos Menores de Ribeirão - Clarenses, com sede e foro no Município de Ribeirão Claro. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 58, de 31.05.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 280/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Atlética dos Menores Ribeirão-Clarenses, com sede e foro no Município de Ribeirão Claro.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 15.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 292/99, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública a Fundação "Francisca Machado Ribeiro", Município de Guarapuava. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 58, de 31.05.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 292/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Cezar Silvestri, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Fundação "Francisca Machado Ribeiro", Município de Guarapuava.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 15.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 294/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública a Associação de Técnicos em Agropecuária de Salto do Lontra - ATAL, com sede e foro no Município de Salto do Lontra. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 59, de 01.06.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 294/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Beto Richa, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual, a Associação dos Técnicos em Agropecuária de Salto do Lontra - ATAL, com sede e foro no Município de Salto do Lontra.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidades, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CESAR SELEME - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1376, de autoria do Sr. Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1392, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, com apoio dos Srs.

Deputados Ademir Bier e Waldyr Pugliesi, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1390, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Encaminhe-se na forma do requerido.**

O SR. JOSÉ MARIA FERRERIA (**Para Encaminhar**)
Senhor Presidente.

Fui procurado pelo representante das casas lotéricas que estão neste momento com um problema sério. A Caixa Econômica está reservando cinco centavos por cada autenticação das 19 que faz hoje. E por quê? Porque a Caixa Econômica vinha acumulando um prejuízo mensal de 200 mil reais no Paraná. E a COPEL e a SANEPAR, hoje, paga por autenticação apenas trinta centavos por cada autenticação. E dos demais Estados o que menos paga, paga 49 centavos.

Então o que estamos solicitando através desse requerimento é o empenho da Presidência, da sua pessoa, junto à COPEL e à SANEPAR para que elas pudessem ter uma melhoria no custo da autenticação, até para que pudessem ser preservados os empregos, aí da ordem de mil empregos, que são utilizados no sistema lotérico para fazer as autenticações das contas da SANEPAR e da COPEL.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

A Mesa vai encaminhar à COPEL e à SANEPAR o requerimento de V. Exa. e o Presidente vai diligenciar, pessoalmente, neste sentido.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Agradeço, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Requerimento nº 1375, de autoria do Sr. Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1379 e 1380, de autoria do Sr. Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1381, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1382 e 1383, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1385, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1386, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1388, de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1389, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.**

Requerimento nº 1391, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1393, 1394 e 1398, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1396, de autoria dos Srs. Deputados Hermes Fonseca e Nereu Moura, constante do expediente. Cedido 10 minutos.

A Mesa informa aos Senhores Deputados subscritores do requerimento que o Horário do Grande Expediente não cedido. Vamos conceder os 10 minutos tradicionais no Horário do Expediente para que eles, através da tribuna, formulem as suas questões.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para fazer um convite à Casa que amanhã às 10:00 horas nós teremos uma Sessão da Comissão de Educação, Cultura e Esportes aqui neste Plenário, que vai tratar do assunto "transporte escolar", com a Secretária de Estado da Educação Alcione Saliba, o Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, da UNDIME, Prefeitos e Secretários Municipais de Educação, além dos Deputados da Comissão de Educação e outros Deputados que estão sendo convidados, e também antes disso às 09:00 horas acontece no Plenarinho o lançamento da Frente da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária, capitaneada pelo Deputado Nereu Moura. Então reforçando o convite da Comissão tanto de Terras da Frente da Agricultura Familiar como da Educação, um evento às 09:00 no Plenarinho, outro evento às 10:00 horas neste Plenário.

Obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 23, à hora regimental, com seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 285/99.

Marco ainda uma Sessão Extraordinária, logo após ao término da Sessão Ordinária, com a Ordem do Dia a ser anunciada.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 224, 234, 280, 292 e 294/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 092, 095, 098, 190, 214 e 342/99.

Levanta-se a sessão.